

Colonos devem ser do Sul, diz deputado

Das Sucursais e do Serviço Local

Os colônos da Transamazônica devem ser arregimentados nos Estados do Sul, "ceiteiro de homens que têm, não só a iniciativa, mas também a possibilidade e o conhecimento para transformar aquelas matas em regiões produtivas". A tese é do deputado Sílvio Barros (MDB — Paraná), que a defendeu ontem na Câmara, ao regressar de uma viagem à Amazônia.

O parlamentar aduziu que, com os colônos sulistas, os nordestinos poderiam aprender as técnicas de cultivo para, em seguida, adquirir suas terras. Disse também que a burguesia e o empresário do Sul não criticou a Transamazônica, porque viu nela a possibilidade de mudar a migração interna para a Amazônia, "o que trará, inevitavelmente, benefícios de ordem ocupacional, estratégica, tática e inclusive, o equilíbrio de ordem financeira e econômica para projeção da so-

lução dos problemas no Sul do País".

MAZELAS

A seguir, Sílvio Barros denunciou que "as maiores queixas e as maiores mazelas que se verificam na Amazônia são originárias dos próprios nordestinos, porque eles não têm essa propriedade de fazer a derrubada e executar naturalmente toda a técnica de transformar a terra numa propriedade produtiva. Eles foram atraídos por salários, evidentemente baixíssimos, inqualificáveis, um atentado contra a dignidade humana. Mas, de modo geral, o plano tem méritos extraordinários".

Entre esses méritos, o deputado destacou que, se o polo de atração for efetivamente desviado para a Amazônia, estarão sendo solucionados problemas dos dois extremos do País: "Estaremos ocupando a Amazônia e transformando-a em Estados produtores, desenvolvidos em parte; e estaremos amenizando os problemas sociais que estão a preocupar os administradores das maiores cidades do Sul do País".

Sílvio Barros assinalou, em seguida, que a ocupação da Amazônia não repete os erros que marcaram a colonização do Norte do Paraná, da qual o deputado participou.

Na região de Maringá, disse, houve a proliferação do minifúndio antieconômico de 10 e 20 hectares, o que impossibilita o colono de mecanizar sua lavoura. Já na Transamazônica, as propriedades são de 100 hectares, "tipicamente desejáveis, em termos econômicos, para que seu proprietário possa admitir a mecanização".

O parlamentar disse também que as terras de Altamira são próprias para culturas permanentes, que poderão visar ao mercado internacional e, se implantadas, essas culturas transformaria a região num vetor de forças capaz de promover a fixação do nordestino em área que lhe é mais familiar e mais próxima de suas origens.

Ainda comparando os tipos de colonização, lembrou que no Norte do Paraná foram poucos os colonos que puderam comprar terras. Os que o fizeram, contrataram como empregados rurais os nordestinos e estes, com seu trabalho, não puderam acumular recursos para comprar terras, permanecendo na condição peregrina de assalariados.

Já na Transamazônica, concluiu Sílvio Barros, a terra é acessível a todos, mediante mecanismos de financiamento por 20 anos, durante os quais a amortização pode ser paga com o produto do plantio e da criação.

França pretende pesquisar bauxita

O ministro dos Transportes da França, Jean Chamant, em entrevista coletiva no Parque Anhembi, revelou que poderá ser concluída uma convenção entre o Brasil e a França para que uma sociedade francesa receba autorização para pesquisar a bauxita — matéria-prima do alumínio — na Amazônia.

O ministro francês chegou a São Paulo procedente de Altamira, onde percorreu 45 quilômetros da Rodovia Transamazônica, quando então conversou com colonos e trabalhadores. E conta suas impressões: "Estou impressionado com o programa de aproveitamento da Amazônia, um trabalho hercúleo que o governo brasileiro teve o grande mérito de empreender. Minha convicção pessoal é que terá um grande êxito".

Quanto à possibilidade da França e, em especial, do Ministério dos Transportes francês colaborar na construção da rodovia, Jean Chamant afirmou que ainda não pode dar uma resposta precisa, o que somente será possível após relatar a visita ao governo do seu país.

Educação deve seguir ocupação

Para um racional aproveitamento dos recursos humanos da Amazônia, permitindo-se sua equilibrada expansão, o sistema educacional implantado deve vincular-se à política de desenvolvimento da região e integrar-se aos sistemas de planejamento regional.

A opinião é do sub-reitor da Universidade Federal do Pará, Nelson de Figueiredo Ribeiro, em conferência no Seminário para o Desenvolvimento da Amazônia, que se realiza no Rio.

Acrescentou que a política educacional, na região amazônica, deve preparar técnicos indispensáveis às tarefas de industrialização dos recursos naturais.

INFLUENCIA

O conferencista disse também que "a sociedade amazônica muito pouco consegue participar das grandes decisões que têm sido tomadas no processo de seu planejamento e que, tal fato, impõe uma concentração de esforços na formação de líderes para a região".

Outro item apontado pelo sub-reitor como indispensável à política educacional consiste na criação de uma tecnologia própria, não só para o aproveitamento dos solos tropicais, como também de todos os recursos, na-

turais que essas regiões possuem.

Acrescentou que o planejamento educacional deve levar em conta, ainda, a migração sazonal da região, provocada pelas suas atividades econômicas extrativistas. A força do trabalho da área deve ser dotada de "know-how" que a ajude a fixar-se no solo, no desempenho de atividades agrícolas, em substituição às técnicas que dispersam o homem rural amazônico.

ESTRATEGIA

Por fim, o professor Nelson de Figueiredo Ribeiro reuniu em sete pontos a estratégia que, a seu ver, deve ser seguida para a formulação educacional na Amazônia: Vinculação entre o planejamento dos sistemas educacionais com os sistemas de planejamento regional; revisão dos sistemas educacionais em todos os níveis; estudo da situação peculiar do Pará quanto à relação entre a oferta e a procura, de vez que a capacidade da demanda de ensino superior no Estado está muito aquém da média nacional; reforma universitária nas Universidades do Amazonas e do Acre; entrosamento entre os órgãos de desenvolvimento regional e a Universidade do Acre; maior entendimento desses organismos com os sistemas de nível primário e médio.

Es bá M. fa su cr is. ás do na te de ac de